

A AGROECOLOGIA COMO UM PROJETO EM CONSTRUÇÃO NO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA - MST

AGROECOLOGY: AS A PROJECT CONSTRUCTION IN THE MOVEMENT OF LANDLESS RURAL WORKERS – MST

Silvana Aparecida DA SILVA*
Nádia Luzia BALESTRIN**
Alfio BRANDENBURG***

Resumo: Com a modernização da agricultura no Brasil passou-se a adotar práticas agrícolas baseadas no uso intenso de insumos químicos, que compõe o pacote do agronegócio. Em contrapartida a este processo, a partir dos anos 2000, o MST tem incentivado práticas que visam a preservação ambiental e o direito a soberania alimentar. Dessa forma, emerge no movimento a proposta da agricultura agroecológica. Neste trabalho será discutido em que consiste o projeto da agroecologia para o MST, e de que forma ele está vinculado a princípios filosóficos que objetivam o respeito a natureza e aos saberes tradicionais da população do campo.

Palavras-chave: Agricultura convencional, agroecologia, MST, transição.

Abstract: With the modernization of agriculture in Brazil began to adopt agricultural practices based on the intensive use of chemical inputs, which makes up the agribusiness package. As a counterpart to this process, since the 2000s, the MST has encouraged practices aimed at environmental preservation and the right to food sovereignty. In this way, the proposal of agroecological agriculture

Introdução

Neste estudo pretende-se trazer à tona uma breve reflexão acerca do projeto agroecológico que vindo sendo construído no MST em seus acampamentos e assentamentos da Reforma Agrária pelos agricultores familiares camponeses. As fontes utilizadas neste momento são documentais produzidas pelo próprio movimento em forma de cartilhas, manuais e jornais, com caráter formativo e informativo e que tratam do tema da agroecologia. Fontes bibliográficas de autores nacionais e internacionais que discutem o tema também serão utilizadas.

O período pós-segunda guerra mundial foi marcado por transforma-

* Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Doutoranda em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Integrante do CERU (UFPR). E-mail: silvana.a.s@hotmail.com

** Mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Integrante do CERU (UFPR). E-mail: nadiabalestrin@ig.com.br

*** Docente do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Coordenador do Centro de Estudos Rurais do Paraná – CERU (UFPR). E-mail: alfio@onda.com.br

emerges in the movement. This paper will discuss the agroecology project for the MST and how it is linked to philosophical principles that aim to respect the nature and traditional knowledge of the rural population.

Keywords: Conventional agriculture, agroecology, MST, transition.

ções econômicas, políticas e sociais que afetaram grande parte do mundo. Neste período, havia no Brasil uma discussão em torno da questão agrária e da agricultura. De um lado, com um cunho teórico e político um grupo que defendia a reforma agrária, e de outro um discurso de modernização da agropecuária. Com o golpe militar de 1964 consolidou-se o projeto de modernização da agricultura, priorizando os empreendimentos agroindustriais apoiados na grande propriedade fundiária. Prevaleceu uma “modernização conservadora” em detrimento do movimento pela reforma agrária (DELGADO, 2010). O modelo agrícola privilegiado continuou sendo da grande propriedade, dos grandes latifúndios prevalecendo até hoje o discurso dominante do agronegócio.

No ritmo da modernização agrícola muitos países da América Latina, foram incentivados a se inserir na denominada “Revolução Verde”. Isso significou a adoção de um “pacote tecnológico” com práticas agrícolas à base de defensivos agrícolas, insumos químicos, mecanização, irrigação, com o propósito de aumentar a produtividade. O Brasil, não ficou alheio a esta questão e foi projetando a agricultura dentro de um paradigma tecnológico produtivo norte americano com foco na grande propriedade. (ALMEIDA, 1998).

Este modelo de agricultura tecnológica foi consolidando uma agricultura com base no tripé “químico-mecânico-genético” (GUIVANT, 1998). Este

padrão estendeu-se mundialmente provocando grandes mudanças na produtividade num ritmo intenso e rápido, utilizando-se do discurso da necessidade de produção de alimentos em grande escala para conter a fome. Este modelo não levou em consideração os danos e impactos causados ao meio ambiente, aos agroecossistemas e ao próprio homem.

Somente em anos recentes vem se reconhecendo o impacto ambiental desse tipo de desenvolvimento: deterioração dos solos produtivos, contaminação das vertentes hídricas, devastação das florestas e a desertificação dos solos. Somam-se ainda os problemas de saúde pública, ocasionados pela aplicação de insumos químicos. (GUIVANT, 1998, p. 101)

A Revolução Verde dos anos 1970, associada à necessidade de intensificar a produtividade e modernizar o campo, desenvolveu assim um modelo de agricultura totalmente dependente de agrotóxicos e de insumos químicos. Voltada aos interesses da grande propriedade está a modernização ignorou todas as demandas existentes no campo de acesso à terra, e, a necessidade da reforma agrária. Durante o regime militar, as lutas camponesas foram proibidas e fortemente reprimidas. Qualquer tipo de manifestação era combatido e ilegalizado pelo governo. Assim, as organizações camponesas mantiveram-se na clandestinidade. Muito embora, os militares houvessem incluído na pauta política de governo a proposta da reforma agrária como prioritária, o capitalismo impulsionado pelo regime militar só agravou o problema da concentração de terra e da desigualdade social (SILVA, 2015).

Os movimentos sociais pela luta da terra começaram a se reestruturar no final da década de 70. Sob a organização da CPT - Comissão Pastoral da Terra que assumiu uma representatividade nacional intensificaram-se as mobilizações pelo direito a terra e o MST foi formado. Dessa forma, no início dos anos 1980 com o processo de reabertura no cenário político foi criado o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST. O movimento pode ser considerado uma expressão política que também simboliza a causa de todas as demais lutas camponesas registradas na história, muitas delas inglórias em que prevaleceu o domínio da força do Estado e da grande propriedade.

A perspectiva de modernização conservadora, diferentemente do MST, partia do pressuposto de que “uma política fundiária deveria necessariamente estar subordinada a uma política agrícola que favorecesse o avanço do complexo agroindustrial” (MEDEIROS, 2010). Ao longo de sua trajetória o MST foi se consolidando como um ator político de organização combativa, de enfrentamento aos interesses capitalistas do campo, de luta pela terra. Recentemente, vem assumindo a defesa de uma agricultura ecológica contrária ao uso de agrotóxicos e a transgenia.

A agroecologia: um novo paradigma

No final dos anos 1990, além do movimento ecológico, os movimentos sociais rurais começaram a preconizar a agroecologia como uma prática de sustentabilidade voltada também à segurança alimentar. Esse confronto com o modelo produtivista industrial exigiu e continua exigindo organização e participação dos agricultores inclusive na definição de agendas de pesquisa e inovação tecnológica, juntamente com pesquisadores, técnicos e extensionistas. Infelizmente existem ainda muitos entraves para o desenvolvimento e expansão da agroecologia no que tange à pesquisa, pois muitas vezes as pesquisas na agricultura estão atreladas aos interesses econômicos e institucionais de grandes grupos ligados ao agronegócio (ALTIERI, 2012).

A agroecologia compreendida como uma prática e como uma ciência fundamenta-se em um referencial agrícola, em que considera o equilíbrio dos agroecossistemas diferenciando-se da lógica produtivista e mercantil. Ela vem fazendo parte do projeto agrícola do MST, que lhe atribui um significado específico: seja pela sua característica técnico-científica, seja pela compreensão de uma dinâmica social envolvendo outras lutas que se somam ao projeto agrícola.

Como campo de conhecimento a agroecologia emerge no século XX, pela aproximação de dois campos científicos: a ecologia e a agronomia. A princípio houve certa tensão entre estes dois campos de conhecimento. A ecologia focava-se mais na relação dos sistemas naturais e a agronomia com a aplicação de métodos de investigação científica relacionados à prática da agricultura, de interesse agroindustrial. Nos anos 1960 e 1970, houve um interesse maior em aplicar a ecologia à agricultura. Estudos e pesquisas passaram a ser desenvolvidos nesta área. Isto, por sua vez, contribuiu muito nas décadas posteriores para dar consistência no conceito de sustentabilidade na agricultura agroecológica (GLIESSMAN, 2000). Assim a agroecologia passou a ser considerada como uma possibilidade de consolidação de uma agricultura em conexão com os agroecossistemas, indo na contramão da modernização conservadora, da revolução verde, e do agronegócio. Neste sentido, Machado; Filho (2014, p.36) consideram a agroecologia:

(...) como um método, um processo de produção agrícola – animal e vegetal – que resgata os saberes que a “revolução verde” destruiu ou escondeu, incorporando-lhes os extraordinários progressos científicos e tecnológicos dos últimos 50 anos, configurando um corpo de doutrina que viabiliza a produção de alimentos e produtos limpos, sem venenos, tanto de origem animal quanto vegetal (...) É, pois uma tecnologia capaz de confrontar o agronegócio, em qualquer escala.

Para Altieri a agroecologia “é tanto uma ciência quanto um conjunto de práticas. A ideia central da agroecologia é ir além das práticas agrícolas alter-

nativas e desenvolver ecossistemas com dependência mínima de agroquímicos e energia externa” (2012, p.15). Para o autor, diferentes concepções foram compondo-se em torno do conceito de agroecologia. Algumas se apresentam sustentadas pelo questionamento acentuado ao modelo de agricultura convencional, industrial e sinalizam para novas bases e práticas sustentáveis; outras podem apresentar um caráter de movimento social em que seus atores estão envolvidos também com causas sociais, como segurança alimentar, economia solidária, equidade entre gêneros, indo além da questão ambiental, visão esta compartilhada pelo MST.

Assim a agroecologia remete a uma percepção ambiental e também social sobre a agricultura, tendo como foco não somente a produção, mas também uma proposta concreta para muitas comunidades rurais. “Trata-se de uma nova abordagem que integra os princípios agronômicos, ecológicos e sócio-econômicos, à compreensão e avaliação do efeito das tecnologias sobre os sistemas agrícolas e a sociedade como um todo” (ALTIERI, 2000, p. 16). Pode-se dizer que a agroecologia fornece as bases científicas, técnicas e metodológicas para outro paradigma, ou seja, uma revolução na agricultura a nível local e mundial. Neste processo o agricultor familiar camponês é o que mais tem proximidade com esta proposta, pois preserva muitos saberes da ancestralidade assim como mantém forte conexão com a natureza.

O agricultor familiar camponês: um ator no processo de transição agroecológica

O agricultor familiar camponês apresenta maior receptividade para a agroecologia, pois preserva uma perspectiva diferente da dinâmica do agronegócio, voltada exclusivamente à lógica da produtividade e lucratividade. “A produção familiar, dada às suas circunstâncias de diversificação das atividades vegetais e animais, e por trabalhar em menor escala, pode representar o *locus* ideal ao desenvolvimento de uma agricultura ambientalmente sustentável” (CARMO, 1998, p. 231). O agricultor familiar camponês configura-se assim, como um importante ator social na construção da agroecologia, “que povoa o campo e anima sua vida social (...) portadores de outra concepção de agricultura, diferente e alternativa à agricultura latifundiária e patronal dominante no país” (WANDERLEY, 2009, p. 308). A produção de alimentos está diretamente ligada à agricultura familiar camponesa, pois diferentemente da agricultura industrial, baseada na monocultura, geralmente destinada à exportação, ela tem um cultivo diversificado. Dados estatísticos confirmam que 70% dos alimentos consumidos no Brasil, são provenientes da agricultura familiar (Brasil, 2016).

A agroecologia além de usar práticas que não são danosas ao homem e à natureza, privilegia a sabedoria e o conhecimento dos atores envolvidos: homens e mulheres que culturalmente estão ligados à terra, à natureza. A agricultura familiar camponesa (ALTIERI, 2012), geralmente constituída na pequena propriedade, pode ser considerada como um dos principais atores na consolidação do novo paradigma agrícola, pois:

- a. Pequenas propriedades rurais são a chave para a segurança alimentar mundial
- b. Pequenas propriedades rurais são mais produtivas e conservam mais os recursos naturais do que as grandes monoculturas
- c. Pequenas propriedades diversificadas representam modelos de sustentabilidade
- d. Pequenas propriedades rurais representam um santuário de agrobiodiversidade livre de Organismos Geneticamente Modificados (OGMs)
- e. Pequenas propriedades rurais resfriam o clima (ALTIERI, 2012, p. 363).

Na perspectiva da agroecologia se estabelece uma relação de equilíbrio entre o homem e a natureza. As pesquisas confirmam que a partir da revolução verde intensificou-se a destruição dos recursos naturais, a contaminação dos solos, lençóis freáticos, rios e lagos com agrotóxicos, o uso ininterrupto do solo sem tempo de pousio enfraquecendo-o, o desequilíbrio dos ecossistemas, sem contar os malefícios causados também à saúde humana. Koifman & Hatagima (2003) afirmam que o uso e o contato constante com agrotóxicos podem ter consequências fatais para o homem. Os componentes químicos podem gerar um desregulamento do equilíbrio endócrino de seres humanos e animais, levando a cânceres, a modificação na razão entre sexos ao nascimento, infertilidade, más-formações congênicas no trato genital masculino e a modificações na qualidade do sêmen. A transição de um modelo convencional de agricultura para a agroecologia é “um processo de transformação contínua e crescente no tempo, sem determinação de um momento final” (BRANDENBURG; BILLAUD; LAMINE, 2015, p.205). A transição de um modelo convencional para a agroecologia é processual e é este o projeto que o MST vem tentando construir.

A agroecologia como um projeto em construção no MST

Foi em Brasília, no ano 2000, que os delegados participantes do 4º Congresso Nacional do MST decidiram pela inclusão da Agroecologia em seu programa político. Após este encontro o MST passou a desenvolver ações no sentido de formação, para que a Agroecologia pudesse ser promovida como uma ciência orientadora na reconstrução ecológica da agricultura (MST, 2010).

Dessa forma, este modelo produtivo passou a ser inserido no modo de vida camponês das famílias assentadas e acampadas nas terras de reforma agrária.

Para viabilizar a adoção e a integração do sistema agroecológico foram e estão sendo necessárias, diversas estratégias utilizadas pelo MST, para conseguir expandir a agroecologia. A primeira delas foi o investimento na formação de técnicos e profissionais na área de agroecologia. O incentivo ao estudo da ecologia e da agroecologia foram introduzidos graças ao desenvolvimento de convênios com Universidades e sistemas de ensino que tem expandido por todo o Brasil a formação técnica e universitária em Agroecologia. A Escola Latino Americana de Agroecologia (ELAA) situada no Assentamento Contestado no município da Lapa (PR) é um exemplo desta parceria entre MST, Via Campesina e Estado. A escola tem como propósito a formação de jovens provenientes das comunidades camponesas e movimentos sociais da Via Campesina, visando a permanência dos jovens no campo na perspectiva da agricultura baseada na agroecologia, bem como a difusão deste conhecimento no meio em que estão inseridos

Nesse processo foi importante o diálogo estabelecido com o Setor de Educação do próprio movimento, e com parcerias realizadas com o Governo Federal e com o Estado, que nesse sentido puderam viabilizar parcerias, como os cursos do Programa Nacional de Reforma Agrária -PRONERA. Dentre os quais, várias formações foram contempladas como: Cursos superiores em Pedagogia da Terra, Curso superior de Agronomia com ênfase em agroecologia, como é o caso do ofertado na Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS – Laranjeiras do Sul, dentre outras, e curso técnico em agroecologia ofertado em vários Institutos Federais, como é o caso do IFPR – Irati.

É importante destacar que o objetivo dos cursos ofertados nessas instituições em parceria com os movimentos sociais, não é o de formar profissionais para ingressarem no mercado de trabalho conforme ele está organizado. O objetivo dos movimentos sociais é que estes jovens ao se formarem retornem para seus locais de origem, e desenvolvam em suas propriedades os princípios aprendidos.

Segundo Valadão (2011)

Os Movimentos procuram alguma forma de remuneração pelo trabalho destes estudantes que se concretizam principalmente através da contratação em convênios, assessoria a projetos, bolsas de estudo ou outra forma de remuneração. Não existe um levantamento dos dados, mas informações obtidas junto a ELAA, apresentam indícios que a maioria dos estudantes formados estão desenvolvendo alguma atividade junto aos movimentos sociais. Existem informações que a maioria foi contratada pelos convênios de assistência técnica, atuam em projetos apresentados a agências de financiamento, estão fazendo curso de pós-graduação, atuam nas cooperativas ou associações ou mesmo na militância no movimento social. Existem poucos casos de informações de estudantes que se afastaram de atividades relacionadas com os movimentos sociais (VALADÃO, 2011, p.113).

Além dessas parcerias, o próprio MST agiu no sentido de incentivar a transição da agricultura convencional para a agricultura agroecológica organizando por meio de suas frentes e lideranças espaços de debate e de formação. A prática agroecológica passou a constituir-se através do movimento social em um mecanismo de combate ao modelo agrícola hegemônico. Congressos internacionais marcam a agenda política de formação do MST, assim como suas publicações periódicas de formação que chegam aos espaços de debate dentro dos acampamentos e assentamentos. E ainda, um grande evento que tem sido realizado anualmente pelo movimento e em parceria com demais instituições, desde 2002 que são as “Jornadas Agroecológicas”. As Jornadas se constituem em encontros de intercâmbio de saberes alinhado com o projeto de uma agricultura livre de agrotóxicos e transgênicos, em vista da soberania alimentar. Reúne milhares de pessoas envolvidas com o projeto agroecológico como assentados e acampados do MST, quilombolas, indígenas, simpatizantes da causa, entre outros.

As jornadas de agroecologia enquanto uma das estratégias de construção de um projeto ecológico, tratam temas definidos em função de interesses locais, crises e situação de conjuntura. Assim desde o início, os seguintes temas animaram as discussões e debates:

Nas primeiras Jornadas, o ponto central estava na crítica do agronegócio. Os três primeiros encontros anuais aconteceram na cidade de Ponta Grossa, 2002, 2003 e 2004. O principal símbolo dessas jornadas foi fortalecer a campanha “Sementes, patrimônio dos povos a serviço da humanidade”, lançada pela Via Campesina. A troca de sementes crioulas, está presente desde o primeiro encontro (VALADÃO, 2011).

As Jornadas de 2005 a 2008 foram realizadas no município de Cascavel. O que marcou este período foram os conflitos estabelecidos entre a Via Campesina, e a multinacional Syngenta, que possuía experimentos em transgênicos, na área do Parque Nacional do Iguaçu, em Santa Teresinha do Oeste, o que não era permitido pela legislação.

Nos encontros de 2007 e 2008, também foram realizados em Cascavel. No entanto, o que marcou este período foi a utilização de uma universidade pública – a UNIOESTE, para o desenvolvimento das jornadas. A utilização deste espaço fez com que os setores ligados ao agronegócio desenvolvessem várias tentativas na intenção de impedir que as jornadas acontecessem. Estas duas jornadas ficaram marcadas por tentativas de intimidação dos participantes.

Nos anos de 2009 e 2010, os encontros foram realizados no município de Francisco Beltrão. O encontro de 2009, foi marcado pela formatura da primeira

turma de Tecnólogos em Agroecologia da Escola Latino Americana de Agroecologia, a ELLA.

A jornada de 2010, também realizada em Francisco Beltrão, teve como diferencial o apoio da Emater – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Paraná. Que ficou responsável pela divulgação do evento e por selecionar os palestrantes nas oficinas temáticas de agroecologia.

As jornadas de 2011 e 2012, foram realizadas no município de Londrina, no campus da Universidade Estadual de Londrina – UEL. Nessas edições a Emater novamente contribui com a divulgação do evento, e com a programação das oficinas teóricas.

As Jornadas de 2013 e 2014 foram realizadas na Escola Milton Santos que está localizada entre os municípios de Paiçandu e Maringá, na região norte do Estado. Este local é expressivo pela história de conflito que possui com relação a posse do terreno da Escola. Onde, apesar do terreno ter sido doado pela prefeitura de Maringá, novas gestões têm reivindicado a posse do local.

A 14 Jornada, foi realizada no ano de 2015 no município de Irati. Nessa Jornada destaca-se a articulação política e a ampliação da feira de produtos agroecológicos e da economia solidária.

As Jornadas de 2016 e 2017, ocorreram na cidade da Lapa. Foram marcadas pela realização de oficinas, pela troca de sementes crioulas, e pela discussão sobre os retrocessos políticos que tem marcado o país.

Apesar do projeto agroecológico não estar presente em todos os acampamentos e assentamentos de reforma agrária, ele certamente tem se constituído como um importante processo de transição para este sistema. Segundo Adriano Valadão (2011) a principal conquista alcançada pelas Jornadas agroecológicas é justamente seu processo de divulgação e conscientização de um crescente número de agricultores/ camponeses que começam a desenvolver práticas sustentáveis em seus estabelecimentos rurais.

Além do que este projeto não é um projeto pautado apenas em um novo princípio de produção, ou seja, a agroecologia que vem sendo construída junto ao movimento social, não se constitui apenas em um tipo de agricultura, mas sim, em um modo de vida. Em um projeto que comporta um novo processo de racionalização no que diz respeito ao modo de produzir, e a relação homem e natureza.

Abaixo reproduzimos parte de algumas das experiências agroecológicas no Estado do Paraná que já foram e estão sendo implantadas em assentamentos e

acampamentos de reforma agrária. Essa reprodução é uma adaptação do estudo desenvolvido por Valadão em sua tese de doutoramento (2011, p. 115).

1. Lapa: 55 famílias se encontram em processo de transição, sendo que dessas 32 famílias já são certificadas pela rede Ecovida.
2. São Miguel do Iguazu: 32 famílias em transição, onde tem sido produzido sementes crioulas.
3. Diamante do Oeste :120 famílias em transição, produção de leite, mandioca, ervas medicinais, frutas.
4. Ponta Grossa: pré assentamento- 60 famílias em processo de transição, produção de hortaliças, participação em feiras com o apoio da UEPG, participação na rede Ecovida.
5. Querência do Norte: 30 famílias em transição, produção de leite e derivados, agroflorestal, produção e processamento de ervas medicinais.
6. Quedas do Iguazu: 25 famílias certificadas pela Rede Ecovida.

Esses dados nos indicam que apesar da agroecologia não ser uma realidade para todas as famílias, ela tem sido incorporada aos poucos, a medida que os sujeitos vão se integrando ao MST, e a grupos de pesquisas e formação que contribuem para uma maior abertura a este sistema produtivo. Pesquisas indicam que apesar das dificuldades encontradas ao longo desse processo de transição, as famílias que escolhem a agroecologia, escolhem desenvolver um tipo específico de vida e de concepção de mundo. O que as torna satisfeitas com a produção que desenvolvem e com o reaproveitamento de recursos da própria propriedade. Nesse processo de transição a participação no movimento social é bastante significativa. Através da participação no movimento as pessoas se sentem mais confiantes e conseguem trocar experiências, e conhecimentos, o que faz com se sintam mais integradas ao acampamento, ou ao assentamento. A produção agroecológica além de ser um sistema produtivo é também uma opção política de vida, de produção e de concepção social.

Segundo matéria publicada no Jornal Sem Terra, “além da luta pela democratização da terra, temos que lutar também contra o agronegócio. Como a Reforma Agrária tem como base a produção de alimentos, esses dois modelos são incompatíveis. Desse modo, a nossa luta perpassa pela mudança do modelo de agricultura no país” (JST, 2012, p.4). Nessa perspectiva, a construção discursiva sobre a Reforma Agrária a partir do MST assumiu uma nova identidade, de certa forma diferente, mas muito mais complementar ao projeto ideológico inicial que deu origem as primeiras manifestações de luta pela terra no Brasil. Na década de

80, o projeto de Reforma Agrária insistia na proposta de democratização do acesso à terra, no cumprimento da função social da terra, estabelecido na Constituição de 1988. Para os acampamentos e assentamentos formados, estipulou-se um projeto de produção vinculado aos princípios da cooperação, através da formação de associações e cooperativas, sem, no entanto, aderir a bandeira da produção agroecológica. Neste primeiro momento a preocupação era encontrar formas de produção e comercialização no modelo de agricultura convencional. Atualmente, a Reforma Agrária que se propõe tem outra natureza.

Ao propormos outro modelo de agricultura, lutamos para que o Sem Terra consiga criar condições para um desenvolvimento mais amplo. Tem que ter terra, acesso ao conhecimento científico, à pesquisa, uma matriz produtiva que seja compatível com a preservação do meio ambiente, da saúde dos produtores e consumidores. Tem que ter educação no meio rural, garantir à população condições e acesso às conquistas e benefícios que a humanidade adquiriu para que não precise sair do campo e ir à cidade para ter acesso à informação. Há uma série de condições que foge daquele modelo capitalista de agricultura, que procura atingir o maior lucro e produtividade possível, sem se preocupar com as consequências geradas aos seres humanos e o meio ambiente. Queremos mudar a forma de se olhar à agricultura. A prioridade é produzir alimentos, ter um desenvolvimento sustentável que não agrida o meio ambiente e que também preserve a saúde das pessoas (JST, 2012, p. 5)

A questão da crise ambiental mundialmente discutida nos anos 80 e 90 desafiou a humanidade a repensar as práticas adotadas com base na razão instrumental econômica, danosas ao meio ambiente e ao próprio homem. Novos movimentos sociais de cunho ecológico e ambiental surgiram e assumiram as mais variadas lutas neste segmento. (LEFF, 2015) O MST, como movimento social que tem sua gênese marcada pela contraposição em relação à modernização conservadora, também encampou esta luta e passou a definir estratégias afinadas com a questão ambiental. Assim a agroecologia é introduzida como uma prática agrícola mais autêntica também em relação aos saberes de seus atores. Segundo o Caderno Formativo de Educação do MST (2010, p.53)

Nos últimos 35 anos, uma nova ciência vem sendo formulada e organizada a partir da integração dos conhecimentos camponeses, indígenas e científicos, com o objetivo de orientar o planejamento e a implementação de modos de trabalho e de vida humanos que possibilitem a reconstrução ecológica da agricultura e da vida em sociedade. Esta ciência é chamada de Agroecologia.

A agroecologia remete aos saberes ancestrais desenvolvidos pelas populações tradicionais ao se relacionarem com o meio ambiente, extremamente conectados com a natureza. Como afirma Leff (2015) possuem um saber ambiental. Desta forma, se percebe a existência de uma racionalidade ambiental tomada no sentido da conservação ambiental que antecede ao movimento social, mas que, por ele vem sendo resgatada enquanto uma prática que além de proporcionar um

convívio harmônico entre homem e natureza, se constitui em um enfrentamento social, e também em um processo de resistência econômica através do avanço da agroecologia como projeto em construção.

A resistência econômica se fortalece na medida em que as famílias camponesas seguirão de forma crescente eliminando o uso de todo tipo de insumos industriais – as sementes, os adubos químicos sintéticos, os agrotóxicos, os produtos químicos sintéticos veterinários etc. Muito rapidamente se libertam de dívidas em bancos ou empresas, uma vez que os insumos e tecnologias em grande medida se alcançam no próprio local de trabalho e produção, e na comunidade. A Agroecologia também possibilita reorganizar a produção de alimentos saudáveis para o sustento da família e da comunidade, não mais comprando produtos danosos a saúde nos supermercados. E possibilita ainda organizar a comercialização dos excedentes da produção de forma direta com os consumidores dos municípios vizinhos, eliminando atravessadores que muitas vezes exploram o produtor (MST, 2010, p.54).

Nesse sentido a adoção das práticas agroecológicas constitui-se em um modo de organização que prevê uma alteração profunda na forma do homem relacionar-se com a natureza e com o ambiente. Além de um projeto sustentável a agroecologia para os agricultores camponeses se configura também em uma possibilidade de mercado, sem, no entanto, aderir a lógica atual do mercado hegemônico. A agroecologia construída em parceria com o movimento social se constitui em seus diversos âmbitos: social, cultural e também econômico. Como projeto em construção vislumbra-se que as famílias assentadas e acampadas desfrutem condições dignas de sobrevivência, retirem da terra o seu sustento, produzam alimentos saudáveis, preservem a natureza, sem perder de vista toda a sabedoria acumulada da ancestralidade. Delineia-se assim, um modo de vida!

Considerações finais

Neste estudo preliminar buscou-se destacar alguns aspectos do processo de construção do projeto agroecológico no MST. Por ser um processo, certamente existe um longo caminho pela frente, que, como já mencionado envolve aspectos de ordem técnica, cultural, política, econômica e social. O agricultor camponês, portador de saberes é o ator envolvido na consolidação do projeto de outra agricultura. O MST, um movimento social de reconhecimento internacional de mobilização de base popular, desde a década de 80, vem questionando o modelo hegemônico do agronegócio e organizando-se para consolidar a conquista da terra no Brasil, por meio da Reforma Agrária. Como ator social, por meio de seus programas de educação formal e informal, PRONERA, ELAA, as Jornadas Agroecológicas, imprime na atualidade um outro paradigma agrícola.

São compreensíveis as dificuldades encontradas no processo de transição de um modelo agrícola convencional e exploratório, para um projeto autossustentável, agroecológico. Requer enfrentamento ao discurso dominante do agronegócio considerado muitas vezes por alguns setores da sociedade brasileira como a única forma possível de produção alimentar. A agroecologia como ciência e como prática agrônômica se encontra em fase 'gestacional' apesar de dispor de expressivo conhecimento técnico, se reconhece a necessidade de continuar avançando cada vez mais nas pesquisas. Um desafio que se coloca também para as Universidades na formação de técnicos, engenheiros agrônomos e para os programas governamentais de extensão rural, que muitas vezes se demonstram mais receptivos às demandas do agronegócio.

A produção de alimentos saudáveis, livres de transgênicos e agrotóxicos, configura um modo de vida comprometido com a qualidade de vida e saúde. A perspectiva é produzir para si e para os outros alimentos livres de agrotóxicos. O Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, tem se constituído em importantes canais de comercialização da produção dos agricultores camponeses. Estes programas tinham como resultado positivo o fornecimento de alimentos saudáveis para a merenda das escolas e viabilizava o escoamento da produção. Infelizmente estes programas, a partir de 2015 vêm sofrendo significativas reduções pelo descaso do Estado com as políticas públicas de comercialização da produção implementadas nos governos anteriores como incentivo a agricultura familiar camponesa e agroecológica.

Referências

- ALMEIDA, J. Da ideologia do progresso à ideia de desenvolvimento (rural) sustentável. In: ALMEIDA, J; NAVARRO, Z *Reconstruindo a agricultura – Ideias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável*. Porto Alegre: Ed. Universidade/ UFRGS, 1998.
- ALTIERI, M. *Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável*. 3 ed. São Paulo - Rio de Janeiro: Expressão Popular – AS-PTA, 2012.
- _____. *Agroecologia – a dinâmica produtiva da agricultura sustentável*. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS, 2000.
- BRANDENBURG, A.; BILLAUD, J.P.; LAMINE, C. (org.) *Redes de Agroecologias – Experiências no Brasil e na França*. Curitiba: Kairós, 2015;
- CARMO, M. S. A produção familiar como locus ideal de agricultura sustentável. IN: FERREIRA, A. D. D & BRANDENBURG, A. (org.). *Para pensar outra agricultura*. Curitiba: Editora da UFPR, 1998.
- DELGADO, G, C. A questão agrária e o agronegócio no Brasil. IN: CARTIER, M. (org.). *Combatendo a desigualdade social – o MST e a reforma agrária no Brasil*. São Paulo: UNESP, 2010.
- GLIESSMAN, S. *Agroecologia – Processos Ecológicos em Agricultura Sustentável*. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS, 2000.

GUIVANT, J. A Agricultura Sustentável na Perspectiva das Ciências Sociais. In: VIOLA, E. et al. *Meio Ambiente, Desenvolvimento e Cidadania: desafios para as Ciências Sociais*. São Paulo: Cortez, Florianópolis; Universidade Federal de Santa Catarina, 1998.

KOIFMAN S, HATAGIMA A. Agrotóxicos e câncer no Brasil. In: PERES, F.; MOREIRA, J. C. (Org.). *É veneno ou é remédio?* 1ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2003.

LEFF, E. *Saber ambiental – Sustentabilidade, Racionalidade, Complexidade, Poder*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

MACHADO, L. C. P.; FILHO, L.C.P. *A dialética da agroecologia – contribuição para um mundo com alimentos sem veneno*. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

MEDEIROS, L.S. Movimentos Sociais no campo - luta por direitos e reforma agrária na segunda metade do século XX. In: CARTIER, M. (org.). *Combatendo a desigualdade social – o MST e a reforma agrária no Brasil*. São Paulo: UNESP, 2010.

MST. *Caderno de Educação: Agroecologia, soberania alimentar e cooperação*. (Coleção sempre é tempo de aprender), 2010.

_____. *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Por um outro modelo agrícola*. Número 317, 2012.

PORTAL BRASIL. *Agricultura familiar produz 70% dos alimentos consumidos por brasileiro*. Disponível em <http://www.brasil.gov.br>. Acesso em: 04 Mar. 2016.

SILVA, Silvana Aparecida da. *A construção de novas subjetividades pelo MST a partir do ensino escolar em assentamentos de Reforma Agrária: a experiência do Colégio Estadual Iraci Salet Strozak*. 2015. 163f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual do Centro Oeste do Paraná – UNIOESTE, Toledo, 2015.

VALADÃO, Adriano da Costa. *Transição Agroecológica nos assentamentos rurais: estratégias de resistência e produção de novidades*. 2011. 207f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

WANDERLEY, M, B. *O mundo rural como um Espaço de Vida – Reflexões sobre a Propriedade da Terra, Agricultura Familiar e Ruralidade*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.